



Francisco Bosco

A VÍTIMA
TEM SEMPRE
RAZÃO?

LUTAS IDENTITÁRIAS
E O NOVO ESPAÇO
PÚBLICO BRASILEIRO

LISBOA
TINTA-DA-CHINA
MMXVIII

ÍNDICE

© 2018, Francisco Bosco
e Edições Tinta-da-china, Lda.
Rua Francisco Ferrer, 6A
1500-461 Lisboa
Tels.: 21 726 90 28 / 29 / 30
info@tintadachina.pt

www.tintadachina.pt

Título: *A Vítima Tem Sempre Razão?* —
Lutas Identitárias e o Novo Espaço Público Brasileiro
Autor: Francisco Bosco
Revisão: Tinta-da-china
Composição: Tinta-da-china
Capa: Tinta-da-china (V. Tavares)

1.ª edição: Janeiro de 2018

ISBN 978-989-671-417-8
Depósito Legal n.º 436021/18

Prefácio à edição portuguesa	7
Introdução	17
1. <i>Da cultura à política</i>	45
2. <i>O novo espaço público no Brasil</i>	73
O colapso do lulismo	75
As redes sociais digitais	85
Lutas identitárias	93
3. <i>Marchinhas, óleos e turbantes</i>	113
O caso das marchinhas	117
O caso do turbante	139
O caso do clipe de Mallu Magalhães	161
O caso da «fiel defensora de estupradores»	167
O caso do <i>doping</i> por óleo de massagem	183
O caso Idelber Avelar	197
Conclusão	219
Notas	227
Agradecimentos	243

PREFÁCIO À EDIÇÃO PORTUGUESA

Em vários países do mundo, vítimas estruturais (pessoas negras, mulheres, gays, lésbicas, pessoas trans) começaram a se insurgir nos últimos anos de uma forma sem precedentes. Esse livro apoia fundamentalmente esse movimento.

Em seu bojo, tem havido casos de grande repercussão — e, creio, consequências políticas correspondentes. Como, por exemplo, o de Harvey Weinstein. Consideremos sua conduta sexual, tal como amplamente denunciada e testemunhada. Trata-se de um homem que cometeu, durante anos a fio, assédio sexual contra inúmeras mulheres. Assédio sexual designa a tentativa de obtenção de vantagens sexuais junto a pessoas em situação profissional inferiorizada, por seus superiores hierárquicos. Weinstein era um produtor de cinema poderoso, que coagia sexualmente mulheres, ameaçando prejudicá-las profissionalmente caso recusassem seus avanços, e prejudicá-las ainda mais caso o denunciassem. Assédio sexual claro. Como afirmou a feminista estadunidense Carol Hanisch, nos anos 1970, *o pessoal é político*. Denunciar publicamente condutas abusivas de indivíduos em âmbito privado tem impacto coletivo. Não tenho dúvidas de que denúncias como essa contra Weinstein possuem caráter exemplar: contribuem para a necessária transformação das interações heterossexuais por parte de homens,

atravessadas historicamente por diversas formas de opressão, desde o estupro às abordagens invasivas dos jovens trogloditas que em boates puxam mulheres pelo braço e coisas afins.

Entretanto, em meio aos casos de denúncias evidentemente justas como essa, há outras, de sentido mais turvo. No Brasil como nos EUA (os dois países que acompanho), tem havido sucessivas denúncias de comportamentos masculinos que não se inscrevem nas formas de assédio sexual* ou coerção física. Essa dimensão do problema deve ser discutida. Não serve de objeção a esse apelo o fato de que esses casos são minoria. Para a perspectiva ética defendida por esse livro — alinhada com a vertente da história das teorias da justiça que afirma uma ética categórica, não utilitária — bastaria um único caso de violação de direitos fundamentais de um indivíduo para que o processo fosse objeto de reflexão.

Mas não se trata de casos isolados. Mesmo que minoritários, eles são consequência de determinado ideário. E tendem a se multiplicar à medida que esse ideário se consolida. O modo como interpretamos o sentido das interações heterossexuais decorre das ideias que temos sobre sexo, sociedades patriarcais, poder, entre outras. Essas ideias precisam ser discutidas. A antropóloga estadunidense Gayle Rubin dizia que as sociedades promovem periodicamente novos pactos sociais sobre o sexo, com seus respectivos marcos

* Ao menos se assédio sexual for entendido como descrevi mais acima, pois assim se encontra tipificado como crime na legislação penal brasileira, no artigo 216-A, alteração, em 2001, do Decreto-Lei n.º 2.848, de 1940: «Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função.»

legais. A segunda metade do século XIX, na Europa, com a moral sexual vitoriana, foi um deles (que, diga-se de passagem, acabou por produzir a psicanálise). Os anos 1960, em diversas sociedades democráticas modernas, foi outro. É possível que estejamos vivendo agora um desses períodos. Isso é razão suficiente para um debate público amplo e esclarecido. É urgente um novo acordo social acerca do que deve ser considerado aceitável ou inaceitável em matéria de interação sexual (sobretudo heterossexual, mas não apenas).

Consideremos o caso de Morgan Spurlock, realizador dos EUA, autor do conhecido documentário *Super size me*. Spurlock escreveu uma *open letter* confessando-se «parte do problema» da opressão masculina. Foi denunciado por uma mulher com quem, entretanto, segundo ele, teve relações sexuais consentidas. O contexto, resumidamente, teria sido o seguinte: ele e a mulher beberam, começaram a se beijar, a mulher disse que não queria transar, então eles pararam. Recomeçaram a beber, conversar, dali a pouco estavam se beijando de novo, tiraram a roupa e começaram a transar. No meio do sexo, a mulher pôs-se a chorar. Ele interrompeu o ato. Começou a conversar com ela e a confortá-la. «Achei que estava agindo corretamente», ele conta. «Ela achou que fora estuprada.»*

No Brasil e nos EUA, tem havido uma série de denúncias públicas de mulheres contra homens por relacionamentos abusivos, sexo consentido quando a mulher estava hesitante ou havia bebido e até desobediência a pactos monogâmicos. O que essas denúncias têm em comum? A ideia de fundo segundo a qual sociedades patriarcais são

* http://www.twitlonger.com/show/n_1sqc244

tão intensamente opressoras que, nelas, as mulheres não possuem condições legítimas de autonomia subjetiva para se responsabilizarem por seu desejo e manifestarem seu consentimento ou recusa em situações de interação sexual. Essa ideia vem das feministas radicais americanas dos anos 1980. Basicamente, ela retira o papel do consentimento como linha demarcatória fundamental entre o que é aceitável e o que não é aceitável em relações heterossexuais. A posição teórica deste livro é: essa ideia é equivocada e o consentimento deve ser a linha fundamental entre o aceitável e o não aceitável. A não ser em contextos de exercício de poder — hierárquico, por exemplo — em que as condições do consentimento são as da ameaça, explícita ou implícita.

O poder, portanto, é outra noção que deve ser pensada a fundo. Para as *radfems*, o poder está em quaisquer situações de assimetria entre os gêneros. Homens mais velhos com mulheres mais jovens; homens famosos com mulheres anônimas; professores e alunas adultos. Há pouco tempo, nos EUA, o cantor Evan Stephens Hall foi denunciado, segundo o próprio, por ter interações sexuais consentidas com algumas de suas fãs. Ele assumiu a culpa: «Andei flertando com fãs em algumas ocasiões e tive relações íntimas com pessoas que conheci em turnê. Cheguei à conclusão de que isso nunca é apropriado — mesmo quando são elas que tomam a iniciativa. Haverá sempre uma dinâmica injusta de poder nessas situações, e não devo ignorá-lo.»*

Particularmente, considero-o equivocado em assumir a culpa. Mas meu objetivo é sobretudo oferecer recursos

* <http://www.nme.com/news/music/pinegrove-evan-stephens-hall-sexual-coercion-accusation-2162039>

teóricos para que o debate público exerça o seu papel ideal: aperfeiçoar os argumentos por meio da fricção entre perspectivas diversas, e contribuir para que se chegue a um novo acordo coletivo sobre o sentido das relações sexuais e o que deve ser aceito ou não em interações concretas.

*
* *

Não conheço, na história do debate público brasileiro, um livro cujo título tenha causado tanta reação quanto este *A vítima tem sempre razão?*. Foram inúmeros ataques, que a um tempo dificultaram a leitura do livro, produzindo uma camada espessa de resistência, e aumentaram a curiosidade sobre ele.

Mesmo levando-se em conta tudo o que está em jogo, não deixa de haver algo surpreendente nisso. Afinal, me parece evidente que uma vítima estrutural não tem necessariamente razão em todos os contextos particulares. A premissa em questão faz uma confusão entre o estrutural e o particular. A vítima da frase é estrutural, mas os conceitos em que a frase é aplicada são particulares. Basta pensar um minuto sobre o problema para percebê-lo. Por que, então, algo evidente causou reações tão agressivas? Vejo diferentes motivos para isso. Dois dos principais são os seguintes.

O primeiro é de ordem psicanalítica. Há uma dinâmica em curso de formação de laços de identificação grupal em larga escala, propiciada pelas redes digitais. Esses laços produzem grandes recompensas narcísicas, pois estabelecem um sistema de apoio e aprovação recíproca. Produzem certezas interpretativas inabaláveis, pois o mesmo discurso é ratificado por milhares de pessoas. Atenuam a angústia

do individualismo moderno, pois se produz uma sensação psicológica de pertença. E propiciam melhor organização política. Tudo isso é bom em si.

Mas, desse modo, qualquer crítica, mesmo que pontual, qualquer dúvida ou qualquer dissenso é recebido como uma ameaça, um furo no consenso, logo um esvaziamento do sistema de recompensas. Assim, muitas pessoas, a fim de não permitirem a interrupção da circulação do gozo, autorizam que se goze perversamente, nos casos em que as vítimas estruturais podem não ter razão em contextos particulares, como alguns que estudo neste livro. Esse gozo perverso se sustenta por meio de premissas totalizantes, como «a vítima tem sempre razão», que impedem as análises de casos particulares, sem as quais não pode haver justiça (uma coisa é procurar garantir que a vítima estrutural sempre seja *ouvida*, que sua fala seja sempre merecedora, *a priori*, de credibilidade; outra é procurar garantir que essa fala seja a única ouvida e que não possa ser contestada, mediante a análise do caso particular). Para essas pessoas, portanto, a questão levantada pelo título representa uma ameaça. Daí a dificuldade para que o livro consiga estabelecer seu objetivo, que é o de produzir um debate que recuse a redução sistemática do indivíduo à estrutura, do contexto à estrutura.

Mas há um outro motivo para a reação ao título, e ao próprio livro. A percepção de que, mesmo sendo um livro de afirmação do sentido fundamental das lutas identitárias, uma intervenção pública moderadora, problematizadora, como a sua, nesse momento acaba tendo sentido conservador. Essa hipótese, admito, me perturba. Talvez esteja certa. Entretanto tendo a pensar que a crítica é sempre necessária, seja qual for o seu objeto. Pensar é separar.

Não se produz bom pensamento mobilizando grandes categorias esquemáticas, monolíticas e maniqueístas (homens *vs.* mulheres, pretos *vs.* brancos, etc.). Mas nem tampouco se produz boa política. Repudio quaisquer tendências autoritárias, dogmáticas, totalizantes. Critico-as onde quer que estejam, mesmo se estiverem no campo político geral com o qual me identifico. Como é, enfatizo, o caso.

*
* *

Uma última palavra. Parte desse estudo refere-se ao Brasil e às suas especificidades históricas e sociais. Essa perspectiva está presente sobretudo no capítulo 1, que apresenta uma hipótese de transformação da autoimagem da sociedade brasileira. A partir de meados do capítulo 2, as questões vão se tornando mais gerais. Nele faço uma análise teórica da razão de ser fundamental das lutas identitárias e comento a relação dessas com o problema da justiça em âmbito econômico. O capítulo 3 traz análises de casos concretos. Creio que o primeiro dos casos é de interesse geral, pois trata da língua como campo de luta política. Os casos envolvendo racismo voltam a operar num registro mais brasileiro, pois a questão racial aqui é dramática: não só nossa abolição foi a mais tardia das Américas, como os efeitos da escravidão nunca foram apagados. Ao contrário, a opressão das pessoas negras é política de Estado. Por fim, os casos envolvendo os feminismos têm validade mais ampla. O leitor se oriente como melhor lhe aprouver.

Francisco Bosco
Rio de Janeiro, dezembro de 2017

A VÍTIMA
TEM SEMPRE
RAZÃO?

LUTAS IDENTITÁRIAS
E O NOVO ESPAÇO
PÚBLICO BRASILEIRO

INTRODUÇÃO

Na manhã de 8 de março de 2016, Dia Internacional da Mulher, na altura do quilômetro 12 da rodovia Raposo Tavares, em São Paulo, uma grande faixa foi estendida no alto de uma passarela. Nela se lia: «Bucetas Ingovernáveis».

A faixa era emblemática. Suas meras duas palavras a um tempo resumiam todo um amplo movimento em curso, bem como encerravam o essencial de seu sentido. A chamada «primavera das mulheres» eclodira no ano anterior, fruto de um processo de ações feministas que vinha desde a Marcha das Vadias, iniciada ainda em 2011; passando pela campanha #chegadefiufiu, lançada pelo coletivo Think Olga, em 2013; e culminando na grande manifestação urbana, já em 2015, contra o deputado Eduardo Cunha, autor do projeto de lei 5069, que tornava ainda pior a já calamitosa situação das práticas abortivas, da perspectiva da saúde pública e do controle sobre o próprio corpo; na catártica campanha #meuprimeiroassedio, que tomou as redes sociais; na Marcha Nacional das Mulheres Negras; na Marcha das Margaridas; no surgimento do *blog* #AgoraÉQueSãoElas, espécie de ocupação feminista no jornal *Folha de S. Paulo*; entre diversas outras ações.

O conjunto dessas pautas aponta para o seguinte mecanismo social: o *poder*. A Marcha das Vadias (Slut Walk)

surgiu, como se sabe, no Canadá, em resposta ao comentário de um policial. Diante de recorrentes casos de abuso sexual em Toronto, ele recomendou às mulheres que, para evitá-los, evitassem se vestir como vadias. A pauta da marcha se tornou, assim, o direito à irrestrita circulação do próprio corpo no espaço público. O direito ao corpo é também o ponto das lutas pela descriminalização do aborto, bem como o foi da campanha #chegadefiu, contra os assédios sexuais no espaço público, e da campanha #meupri-meiroassedio. A Marcha Nacional das Mulheres Negras e a Marcha das Margaridas trazem uma perspectiva interseccional, articulando ao problema de gênero, respectivamente, os problemas de raça e de classe. Todos esses movimentos agem no sentido de revelar, denunciar, desconstruir e, finalmente, de tentar transformar as relações sociais que limitam os direitos e impedem o reconhecimento de identidades minoritárias (mulheres, negros, homossexuais, pessoas trans, intersexuais), rebaixando a sua experiência social. As práticas concretas, cotidianas, responsáveis por esses efeitos deletérios configuram relações de poder.

Nem sempre visível a um olho nu, isto é, que naturalizou as redes de forças sociais, o poder se exerce por uma astúcia: preservando a liberdade fundamental do outro. O poder não é da ordem da violência física direta, da anulação total da liberdade do outro, e sim de mecanismos mais ou menos sutis de discriminação, controle e humilhações. Que por sua vez produzem experiências subjetivas de intenso sofrimento e experiências sociais de isolamento, desagregação, exploração, pobreza material. São as relações de poder que moldam uma sociedade, determinando o campo de possibilidades de seus agentes. O poder é como

um regente invisível que estabelece a forma como a orquestra toca. Ele rege, regula, dirige. Nos termos de Foucault: «O poder é menos da ordem do afrontamento entre dois adversários [...] do que da ordem do ‘governo’.»¹ E governar, por sua vez, «é estruturar o eventual campo de ação dos outros».² Essas lutas citadas acima, bem como as lutas identitárias em geral, têm como objetivo desestruturar o campo de ação tal como proposto pelo poder. Elas dizem *não* para o seu governo. São *bucetas ingovernáveis*.

Ora, o poder, efetivando-se tantas vezes de modo sutil, corrói uma instância fundamental para o pleno desenvolvimento da experiência subjetiva de cada indivíduo. Essa instância é aquela que a matriz filosófica hegeliana chama de *reconhecimento*. Seres sociais que somos, nossa experiência é radicalmente intersubjetiva. Dependemos do reconhecimento do outro para ascendermos a um sentimento de segurança sobre nossa própria realidade, uma vez que a realidade é ela mesma uma experiência intersubjetiva. E, entretanto, o preconceito, forma proeminente do poder, faz com que muitos indivíduos, por serem de antemão enquadrados em identidades desvalorizadas pelo sistema da tradição, não sejam devidamente reconhecidos. Esse déficit de reconhecimento pode se manifestar em formas jurídicas, isto é, em leis que favoreçam determinados grupos em detrimento de outros (um exemplo gritante é o sistema Jim Crow, racismo de Estado vigente nos Estados Unidos até os anos 1960), bem como em práticas de discriminação social. Estas últimas são tão degradantes quanto as primeiras. Pois, como observa Axel Honneth, «para chegar a uma autorrelação bem-sucedida, ele [o ser humano] depende do reconhecimento intersubjetivo de suas capacidades e

AGRADECIMENTOS

Pelas conversas e pelos estímulos, agradeço a Alvaro Jorge, Eduardo Heck de Sá, Eduardo Socha, Julia Bosco, Lais Almeida, Maria Marighella e Miguel Jost.

Pela leitura dedicada deste livro, pelas sugestões, críticas e indicações de textos, registro minha grande gratidão a Bárbara Bulhosa, Carla Rodrigues e Marcos Lacerda.

Pelas conversas, sucessivas leituras, sugestões, críticas e pelos permanentes apoio e encorajamento, meu agradecimento a Ana Lycia Gayoso.

Nenhum dos acima citados tem qualquer responsabilidade sobre o conteúdo deste livro.

**A VÍTIMA
TEM SEMPRE
RAZÃO?**

foi impresso pela
Guide, Artes Gráficas,
sobre papel Coral Book de 90 g,
em Janeiro de 2018.